

EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO LIBERTÁRIO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO SÉCULO XX.

Tascieli Feltrin

Guilherme Carlos Corrêa

Fernanda Monteiro Rigue

Resumo: O presente trabalho se propõe à investigação da dimensão educativa das ações do movimento Anarquista do início do século XX no Brasil. Dentre tais contribuições destacam-se as iniciativas educacionais libertárias não escolares, destinadas ao público jovem e adulto, em sua maioria operários, imigrantes e analfabetos, que compunham as classes populares urbanas da 1ª República. Apresenta-se ainda, a criação de classes e bibliotecas em horário noturno, a publicação de jornais e periódicos, a experiência de uma Universidade Popular, a organização de festas, teatros, a criação de centros de cultura e estudos sociais, e as atividades de resistência marcadamente a greve. Além de intensa colaboração para com a causa operária. Este estudo utiliza como fonte principal de dados os jornais Libertários, circulantes à época.

Palavras-chave: Educação Libertária; EJA; Educação Popular.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem ocupado espaços importantes nas lutas dos movimentos sociais. A preocupação com a educação das massas ganhou destaque no início do século XX, no Brasil, até o período anterior à ditadura. Esse período de cenário político efervescente teve de lidar com as consequências de duas guerras mundiais e com a transição do período oligárquico para o industrial. Tais fatores, que contribuíram para o questionamento da educação formal ofertada pelo estado e sua precariedade de oferta às classes populares, principalmente, em idade não escolar.

A ineficiência do ensino disponível às massas e a formação de abismos de desigualdade entre as classes sociais, constatada por educadores e pensadores da época, despertou o interesse por se construir novas formas de educar, que não resultassem na alienação ou escravização dos menos favorecidos. As novas formas de educação propostas no período tiveram íntima ligação com os movimentos sociais e compuseram parte significativa de suas atividades.

Assim, entende-se que todo movimento social pressupõe descontentamento com a realidade e propõe mudanças proporcionais às esferas de seu descontentamento visando à promoção de uma nova concepção de vida. Novas concepções de vida implicam na criação de modos padrões de existência e de atuação social a serem experimentados. Nesse sentido, a consideração da influência desses modos de vida nas ações educacionais garante que não apenas os indivíduos educados sob essa perspectiva vivam em consonância com seus conceitos, mas também que os demais indivíduos sejam afetados por essa perspectiva de alguma forma em seu convívio social. Ou seja, a educação tem grande relevância para os movimentos sociais, pois é através de suas ações pedagógicas que um novo modelo de compreensão da existência se afirma ou não.

[...] evidentemente nenhuma teoria pedagógica é isenta, nem se mantém encerrada na torre de marfim da escola, senão que transpassa seus muros até impregnar todo o tecido social ou, se se quer, dito ao contrário, e melhor, a teoria pedagógica não é senão a aplicação de uma doutrina sociopolítica. (ESPINOSA, 2000, p. 286)

A historiografia da educação¹ de cunho acadêmico tem sido pródiga em referências a iniciativas educacionais escolares referidas tanto ao estado quanto a instituições religiosas. Entre estas tomam lugar importantes iniciativas em Educação popular. É marcante, todavia, a precariedade de referências às iniciativas de Educação Popular, não relacionadas à igreja e ao estado, sejam escolares ou não.

Dentre os muitos movimentos que propuseram pensar uma educação inspirada pelo seu ideário político, neste período, destaca-se aqui as propostas pedagógicas Libertárias, de vertente Anarquista. E, neste sentido cabe conhecer as contribuições político pedagógicas deste movimento para a realização de uma educação livre por meio de três eixos de estudo: a dimensão educacional do movimento; as escolas libertárias; e suas iniciativas não escolares em educação.

Este trabalho dá destaque à proposta libertária que esteve em movimento para à população de jovens e adultos do século XX, visto que a compreensão, de vida em sociedade desenvolvida pela corrente estudada corrobora para uma evolução do entendimento de homem como ser individual em cooperação com os demais, não mais como massa cujos indivíduos se diferenciam por funções previstas de acordo com interesses das elites que a governam.

¹Foram consultados os seguintes historiadores da educação: Paiva (2015), Lombardi e Saviani (2009), Ghiraldelli Jr (2006, 2009), Hilsdorf (2003), Aranha (1996), Romanelli (1978), Xavier (1994, 2008) e Sociedade Brasileira de História da Educação (2001).

Cabe ainda acompanhar o desenvolvimento das escolas Modernas, da Pedagogia Racional Libertária, dos centros de cultura e estudos sociais, bibliotecas, teatros, imprensa e outras formas de educação anarquista, seus entrelaçamentos à vida operária e o enfrentamento com a repressão dos governos autoritários, a censura da igreja e a crueldade da exploração da vida nas fábricas e lavouras.

O presente estudo organiza-se de maneira a contemplar as especificidades do movimento Anarquista no Brasil, no início do século XX, enfatizando suas ações político educativas, em especial as voltadas ao público de jovens e adultos. O material de pesquisa certamente não são os livros de História da Educação, mas o pensamento Libertário circulante por meio de jornais e periódicos da época. Optou-se por trazer ao texto os registros da imprensa Anarquista em suas escritas originais, preservando ao máximo a intenção dos autores.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A dimensão educacional do movimento Libertário no Brasil

O movimento Libertário no Brasil tem seu ápice com a chegada dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses na segunda metade do séc. XIX. De maioria parte da classe trabalhadora, preocupa-se com a situação de abandono político e educacional em que se encontram os operários no Brasil. Suas ações se iniciam por meio da publicação de jornais², segundo Jomini (1990, p.34-35) com o intuito de organizar os operários urbanos, combater o poder do estado, da igreja e “favorecer a abertura de canais de expressão política a classe operária”.

O pensamento libertário buscava a transformação social, a qual só se realizaria quando cada um assumisse livremente sua participação direta na construção de uma sociedade livre, para isso era necessário que se educasse para o exercício dessa liberdade. Conforme Magnani e Luizetto, essa assunção da responsabilidade sobre si não poderia ser dada ou imposta, mas fruto de uma decisão consciente e liberada de cada um.

A importância atribuída à educação foi também uma constante no pensamento anarquista. A participação em associações e ações de protesto, por se tratar de uma livre opção do indivíduo, não poderia ser imposta, mas deveria ser estimulada através da educação. Os membros mais conscientes teriam a missão de difundir

² JOMINI (1990, P. 34) destaca os jornais a seguir: “L’ Avvenire” (São Paulo, 1883); “IL Risveglio” (São Paulo, 1893); “Il Diritto” (Curitiba, 1898); “L’ Asino Umano” (São Paulo, 1893); “Il Diritto” (Rio de Janeiro, 1895-99) e “L’operario” (São Paulo, 1896).

idéias e suscitar a organização. A tarefa dos militantes libertários seria principalmente educativa no sentido de despertar as massas para a ação. No entanto deveriam evitar a todo custo, se colocarem ou serem colocados em situação de comando (Magnani, 1982:58). A educação era fundamental nos planos anarquistas: só ela poderia “criar mentalidades e vontades libertárias capazes de, primeiro, estimular e impulsionar o processo de mudança social e de, posteriormente, garantir a não degeneração da nova sociedade ácrata”. (Luizetto, 1987, p.44 apud JOMINI, 1990, p.53)

Os Libertários não reconheciam como legítimo o poder da instituição igreja sobre os homens, consideravam-na autoritária, e atribuíam a seu domínio a predisposição dos homens da época à escravidão e à ignorância. Em seus manifestos, defendiam, abertamente, a liberação dos homens do domínio da igreja e em suas escolas, iam contra os dogmatismos moralizantes Católicos, negando a separação entre meninos e meninas nas salas de aula, defendendo o pensamento científico racional³, e acima de tudo questionando as censuras impostas à vida social de fundo religioso. A negação da centralidade do estado e da igreja custou aos Libertários muita infâmia estampada nos meios de comunicação de massa, obedientes às ordens estatal e religiosa, e intensa repressão que ia da apreensão de materiais passando pela prisão de membros até a tortura e o exílio.

a Igreja Católica armou uma trincheira e centrou fogo na filosofia do pragmatismo americano e nos teóricos do movimento renovador do ensino no Brasil, principalmente nos que haviam incorporado alguma coisa das leituras que fizeram de John Dewey. Mas, há bastante diferença entre o combate que os educadores católicos empreenderam contra as pedagogias libertárias da década de 1910, aqueles grupos seguidores de Ferrer e outras formas de pedagogias libertárias. Naquela época, a Igreja Católica buscou, por todos os meios, bloquear as possibilidades de disseminação das pedagogias libertárias. (GHIRARDELLI, 2006, p. 59).

O trecho abaixo, publicado no jornal “A Gazeta do Povo em 19/2/1910”⁴ nos traz um pouco mais da dimensão da perseguição sofrida pelos Libertários neste período. No qual, segundo Kassick, “a Igreja exorta o povo e o próprio governo a banir a escola anarquista da sociedade”.

...todo o mundo já sabe que em São Paulo trata-se de fundar uns institutos para a corrupção do operário, nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, o ninho do anarquismo de onde saíram os piores bandidos prontos a impor suas idéias, custasse embora o que custou. Ora, uma tal casa de perversão do povo vai constituir um perigo máximo para São Paulo. E é preciso acrescentar que não somos só nós os católicos que ficaremos expostos a sanha dos irresponsáveis que saíssem da Escola

³ O Racionalismo libertário se distanciava muito de um pensamento puramente cientificista, havia uma proposta de sociabilidade que incluía como participantes ativos pessoas de todas as classes sociais e uma valorização e cuidado extremos do pensamento da mulher e das crianças.

⁴ IN, Kassick, 2008 p. 145.

Moderna. Brasileiros e patriotas, havemos todos de sentir o desgosto, uma vez realizados os intuitos da impiedade avançada, de ver insultada a pátria, achincalhadas as nossas autoridades, menosprezadas as nossas tradições de povo livre, por estrangeiros ingratos que abusam do nosso excesso de hospitalidade e tolerância. (...) A Escola Moderna vai pregar a anarquia, estabelecer cursos de filosofia transcendental, discutir a existência de Deus e semear a discórdia... Depois, será a dinamite em ação. (Rodrigues, 1992, p. 69apud Kassick, 2008, P.145)

Os jornais libertários nacionais ou internacionais, que circulavam pelo Brasil, também se serviam da crítica às instituições e costumes da época. Eram recorrentes as denúncias contra a Igreja Católica pelas práticas de manipulação das massas operárias, naturalização da subordinação feminina e infantil, negligência para com a situação de miséria e exploração dos trabalhadores rurais, e por manter interesse no conformismo reacionário da população brasileira. Para ilustrar tal situação, traz-se um pequeno exemplo do jornal anarquista *A Comuna* de 1926, o qual teceu severas críticas à corrupção religiosa afirmando que “as ideias da idade-media tentam levantar-se da treva.” (*A COMUNA* nº8, 1926, p.3).

No entanto, as críticas libertárias não se limitavam à igreja. Compunham as pautas de discussões e publicações de seus jornais e periódicos a má conduta dos dirigentes das indústrias que não raro aplicavam multas e castigos físicos a seus subordinados, não lhes ofereciam condições salubres de trabalho e existência e lhes impunham uma carga horária de até 16 horas de trabalho diárias a uma remuneração baixíssima; o crescimento do pensamento ufanista que justificava a violência contra estrangeiros, depreciação de suas culturas e incitava o ódio; o egoísmo dos homens, o flagelo das guerras e o governo.

A crítica ao governo, por parte dos libertários, merece uma atenção especial. A crença libertária não condiz com a existência de um governo, ou seja, com a abdicação da liberdade individual pela delegação da responsabilidade de cada um para um representante. O pensamento libertário não reconhece o poder do estado, a representatividade dos governantes, a hierarquia entre os homens, ao contrário empenha-se para liberar os homens do jugo dessas instituições reguladoras da vida social e individual.

Nessa lógica, apoiam o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon, em obras como “*Idéia Geral Da Revolução No Século Dezenove*” e “*Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria*” (2003) que considera o governo o inimigo do livre arbítrio, e sobre ele discorre, alertando para seus malefícios sobre o povo, entre eles destaca-se a divisão do povo em classes ou castas a ele subordinadas e subordinadas entre si, à imposição de leis arbitrarias

que em nome do bem estar da maioria mantém privilégios para uma minoria e considera a resistência ao voto como forma legítima de negar o estado em seu ato de usurpação de poder.

Nesse sentido, vale destacar que aos anarquistas não interessava quem estaria à frente do país, se de direita ou de esquerda, se eleitos democraticamente ou se tomaram o poder à força. Pois mesmo o melhor dos governantes se corromperia diante de seu posto, assim não deveria o povo esperar pela sorte de ter um governo melhor, a única alternativa realmente democrática seria que o povo governasse a si próprio, negando qualquer concentração de poder.

O estado, ao assumir várias funções organizativas na sociedade, eximia o individuo de se responsabilizar pelo social. O estado decidia e impunha suas decisões. Como consequência disso, os homens não eram livres, pois que “privados de decidirem sobre o seu próprio futuro”(Woodcock, 1981:22)”. Esta posição tinha raízes no entendimento do individuo livre como aquele que não deveria se submeter a outro e nem a formas compulsórias de governo. (JOMINI, 1990, p.52)

Não apenas os governantes eram detentores desse poder estatal de vida e morte, mas também os magistrados que produziam as leis e os militares que garantiam sua execução, os funcionários públicos que as resguardavam e as elites privilegiadas que se beneficiavam desse sistema arbitrário que mantinha o estado. Para que esse sistema fosse interrompido bastaria que “Medite o povo nos fatos que estão ocorrendo e verá que é preciso combater não os homens, mas o regime. O que é preciso não é mudar de governantes, de senhores, mas combater e aniquila-los sejam eles quais forem, de tóga ou de farda.”(A VIDA nº1, 1914, p.01)

Infinidade de vezes temos tido a oportunidade de observar nós outros, os anarquistas que quando chega o momento em que um novo tirano é eleito por uma parte do povo para subir ao privilegio do Poder para dirigir os chamados destinos da Nação, vislumbra-se no espírito popular desejos e esperanças de uma nova era de melhoramentos e bem estar geral. Estas esperanças são fundadas em promessas de que sempre se têm valido os políticos para conseguir os seus nefastos propositos. Atualmente, isso sucede neste país, onde uma grande parte do povo confia que, com a mudança da presidência, tudo melhorará. Que engano! Que ilusão! Pretender que os poderes constituídos, onde impera o autoritarismo mais despotico, a prepotencia encarnizada, a magistratura violadora de direitos cujo unico objectivo é defender e sustentar os interesses capitalistas, coarlando todas as liberdades individuais ou colectivas em prejuízo exclusivamente das classes desprotegidas. (A VIDA nº1, 1914, p.02).

No Brasil, os Libertários nutriram grandes esperanças de mudanças na estrutura social brasileira com o fim da monarquia. Porém a instauração da República não melhorou a situação da população que se viu entregue aos caprichos da oligarquia rural cafeeira. Nesse contexto os jornais Libertários no Brasil, ao modelo português, passaram a fazer campanhas

em que defendiam a abstenção eleitoral “os anarquistas separando-se dos outros socialistas, repudiando absolutamente o sufrágio universal no congresso do centro em 1879, começaram sua propaganda particular” (A SEMENTEIRA n° 2, 1908, p. 2).

Ademais, buscavam convencer seus leitores a se desprenderem da necessidade de propriedade privada, defendendo “nosso grito profundamente humano – **tudo é de todos**”. (A COMUNA n°8, 1926, p.1), e dos tribunais afirmando que “a única forma moralizadora existente no seio das sociedades humanas é a opinião pública. Os tribunais com seus juízes, em vez de moralizar, exercem simplesmente uma vingança mesquinha em nome da colectividade”. (A COMUNA n°8, 1926, p.1).

Demonstrada como está a erroneidade e o prejudicialismo da ação patronal e governamental; demonstrado com bases sólidas e científicas e assente como está a necessidade de uma vida social sem exploração e sem opressão de quaesquer espécies, vida social que virá tanto mais rápida quanto mais conscientes e numerosas forem as fôrças componentes do movimento que a ela nos deve conduzir, A Sementeira esforçar-se-há para que todos os esforços convirjam e se unifiquem, identificados na mesma aspiração, propagando e trabalhando para a obra comum e libertadora porque todos aneamos. (A SEMENTEIRA N°1, 1908, pag. 1)

Em oposição ao pensamento liberal e capitalista que se apropriava de todo o trabalho humano, os anarquistas demonstravam sua preocupação com a condição de vida da população rural em especial das mulheres e crianças que viviam em condições análogas à vivida nas fábricas. Nesta época a remuneração masculina era insuficiente, mas a feminina era infimamente menor, e a infantil conseguia ser menor que esta. Mesmo uma família numerosa em que todos estivessem empregados não possuía condições de levar uma vida digna. A fome, as doenças decorrentes da desnutrição e da exposição à rotina tóxica das fábricas, a insalubridades das ruas sem nenhum tipo de saneamento, nada disso, no entanto era considerado tão nefasto quanto à alienação intelectual e ignorância em que vivem essas pessoas que juntas somavam mais de 80% da população brasileira. As ações para mudar esse cenário foram as mais diversas, da promoção de jornais para informar à população da crueldade de suas condições de vida, à organização de greves e à abertura de escolas, sobre estas se falará mais detalhadamente a seguir.

2.2 Iniciativas libertárias para a educação de Jovens e Adultos

A educação libertária destinava-se a toda e qualquer pessoa, destacando-se pela oferta de educação de jovens e adultos, foco desse estudo. Esta educação deu-se por meio de iniciativas pedagógicas de ensino noturno, destinadas aos adultos, de maioria operária, que não podiam frequentar em outro horário. Estas escolas de ensino noturno funcionavam das 19:00 às 21:00 horas. No entanto, as iniciativas educacionais Libertárias, para os adultos, não se restringiram à oferta de ensino “formal”, nas escolas libertárias, muitas outras formas de instruir e despertar a consciência dos adultos analfabetos, para as condição de possibilidade de conhecer o mundo e revolucioná-lo, foram postas em prática. Abordar-se-á cada uma delas a seguir.

2.3 As Escolas Modernas

Se houve um propósito claro para a luta dos libertários, esse propósito era a revolução, aqui entende-se uma revolução individual, de tomada de consciência de cada um e apropriação não do poder estatal, doutrinário, mas da responsabilidade sobre si e de cuidado com o outro, com o público e, portanto coletivo. E, por qual meio essa revolução chegaria senão pela educação das massas? Não a educação socialista que colocaria as massas no topo da hierarquia do poder (ditadura do proletariado), mas uma coeducação de classes que as colocaria em posição de igualdade social, nem inferior nem superior, apenas distintas, como são entre si todos os homens e mulheres. Uma educação para a coexistência pacífica não passiva.

Se a educação era a porta dessa revolução, ela deveria começar pelas escolas, especificamente negando os preconceitos e ideologias de cunho estatal e religioso, visíveis e invisíveis, mas de toda forma nocivos presentes nas instituições oficiais. Aí, se apresenta um ponto importante de luta dos libertários: retirar do poder da igreja e do estado a educação das crianças e dos adultos.

É preciso entender que para eles, a escola era o local em que:

“reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos. Daí, pois, a razão porque o Estado e a Igreja disputam entre si a primazia no mister da instrução popular e têm as suas vistas constantemente voltadas para a questão do ensino procurando aumentar sempre e de maneira considerável as instituições destinadas à formação de mentalidades que melhor se adaptem à vida de degeneração e perversidade das sacristias e dos quartéis”. (A VIDA nº1, 1914, p.8)

Assim, compreendendo as escolas da época como nocivas e capazes de degenerar o espírito humano para a obediência servil, a penitência, a dependência e o medo da liberdade, os diversos grupos de Libertários espalhados pelo país, propuseram a criação de escolas

laicas, longe da interferência do estado, e que fossem acessíveis também para os filhos dos operários. Há aqui um parêntese a ser aberto. Como já mencionado os anarquistas defendiam o governo de cada um sobre si, dessa forma, é previsível que tensões ocorressem com frequência entre os vários grupos anárquicos do Brasil.

A mais substancial dessas tensões, ocorreu pela incorporação dos ideais positivistas de Auguste Comte por alguns grupos, que durante a 1ª República⁵, dão origem a um movimento político pedagógico, conhecido como Pedagogia Racional Libertária. A pedagogia Racional Libertária defendia em suma o direito a uma educação liberada dos moldes autoritários da igreja e do estado, em uma sociedade descentralizada e autogestionária. No entanto, cabe ressaltar que dentro das comunidades anarquistas o positivismo assumiu uma postura em muito diversa de sua fundamentação original. Prevalecendo a solidariedade ante o cientificismo apregoadado pelos positivistas.

As escolas racionalistas, as escolas livres as escolas despidas de todo os prejuizos politicos, sociaes e religiosos – eis o recurso mais eficaz, mais poderoso, mais praticamente realizável para a consecussão do ideal luminoso, radiante de amor, de bondade e de justiça, que tenta reabilitar a humanidade para a vida de harmonia e de fraternidade que se nos afigura perto, muito perto, prespetiva feliz e iluminada da cidade Futura, em que seremos todos iguais, fortes e livres sobre a Terra livre. (A VIDA, 1914, p.9)

Apesar das contendas filosóficas, as escolas Libertárias mantinham fundamentos comuns a todas, ou seja, buscavam distanciamento da burocracia do estado, e se organizavam de forma autogestionária, sem hierarquias ou centralização de poder, assim cada escola tinha total liberdade de decidir sobre o que e como iriam trabalhar. Seus conteúdos eram problemas práticos, não havia exames nem cobranças. O professor era entendido como catalizador das potências de cada aluno, que ficava livre para escolher o que gostaria de aprender. Como não recebiam subsídios estatais e propunham serem acessíveis também para os operários, os libertários costumavam organizar festas e eventos como teatros, para arrecadar fundos.

Tais escolas destacavam-se também pela aceitação da coeducação de classes e gêneros, e pela educação de Jovens e adultos em uma época em que faltavam escolas até para as crianças em idade escolar.

⁵ “Nesta época os anarquistas se constituíram na principal corrente organizadora das lutas dos trabalhadores industriais e rurais e se lançaram em experiências educacionais” (JOMINI, 1990, p.17).

Segundo o periódico A Plebe de 1917, na Escola Moderna “eram oferecidos três cursos: primário, médio e adiantado, no período diurno (das 11h 30m às 16h30m) e noturno (das 19h às 21h)”. O curso primário compunha-se das seguintes matérias: “Rudimentos de Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho”. O curso médio, de “Gramática, Aritmética, Geografia, Princípios de Ciência, Caligrafia e Desenho”. E o curso adiantado, de “Gramática, Aritmética, Geografia, Noções de Ciências Físicas e Naturais, História, Geometria, Caligrafia, Desenho, Datilografia” (LUIZETTO, 1986, p.35-36 apud MARTINS, S/D, P. 09).

Da vertente Anarquista foram fundadas as escolas Modernas, no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém do Pará e São Paulo, como subterfúgio político cultural, que viabilizava o desenvolvimento de consciência nas classes populares sobre os processos de manipulação e subordinação intelectual presentes nas escolas tradicionais.

A ação da pedagogia racional libertária não se destinava apenas a crianças e jovens, ela também atuava no ensino profissional para adultos. Os anarquistas organizavam palestras e conferências nos chamados Centros de Cultura Social. Produziam jornais e outras atividades culturais, ações que visavam à transformação da sociedade na qual viviam os operários. Havia uma articulação entre a imprensa, os Centros de Cultura Social, as Ligas dos trabalhadores e as escolas libertárias. (MARTINS, S/D. P.8)

Além das escolas Modernas, os Anarquistas fomentavam seus ideais de educação, para Jovens e Adultos, por meio de seus Centros de Cultura, publicações de periódicos, bibliotecas para ensino mútuo, associação com operários em sindicatos, escolas, ateneus e ainda há registro da experiência de uma Universidade Popular.

2.4 Os Centros de Cultura ou Estudos Sociais

A educação de adultos, foco maior deste estudo, foi parte importante das escolas anarquistas, inaugurando o ensino noturno em classes especiais para aqueles que não tiveram acesso à instrução durante a infância, ou não dispunham de outro momento para estudar, caso dos que logo cedo já possuíam uma jornada intensa de trabalho e necessitavam deste para ajudar a manter suas famílias.

No entanto, as iniciativas educacionais voltadas ao público jovem e adulto não se restringiram à educação escolar, sendo que muitos outros espaços foram construídos para esse fim. Pode-se iniciar falando do que acontecia nos Centros de Estudos Sociais, ou centros de cultura. Estes centros eram espaços de convívio dos libertários com os operários e quem mais se sentisse convidado a participar.

Os centros de estudos sociais foram numerosos, pois exigiam investimentos de baixo custo; apenas uma sala, poucos móveis, livros para a formação de uma biblioteca e a vontade de alguns elementos de se reunirem para discutir problemas sociais e ideias anarquistas (Luizetto, 1984:249). Em tais encontros o método utilizado era o do

“ensino mútuo” que consistia em discussões dirigidas por militantes mais experientes. (JOMINI, 1990, p.57)

Em entrevista a revista *Verve* (2005, p.18), José Carlos Morel, descreve como eram os centros de cultura e as ações desenvolvidas por lá.

O Centro de Cultura vem da necessidade de formar um espaço onde a informação política e a informação técnica, estejam disponíveis. Em segundo lugar que essa informação seja submetida continuamente ao debate, porque a partir desse debate, realmente, não só você aprende, como você começa a perceber o limite dessa informação, você começa a criar os fatos novos.

Nestes encontros a realidade mais simples poderia se tornar o tema dos debates, como também à leitura de filósofos e pensadores da causa operária. Ali, circulavam periódicos estrangeiros, críticas à condição de vida e à política, discutia-se educação sexual, organizava-se atos teatrais, conferências com escritores, músicos, organizava-se cursos, exposições, festas, traduzia-se obras e publicava-se panfletos, além de manter-se firme o compromisso de impulsionar a criação de outros centros.

Jaime Cubero em entrevista cedida a Antonio José Romera Valverde (2008) define a finalidade dos centros e suas múltiplas vias de propagandear a educação e a cultura, possibilitando a muitos operários acesso a livros e informações a eles negados e a atividades como teatro, saraus de poesia e recitais de música que não eram pensadas para as classes populares na época. Em suma, os centros de cultura possuíam qualidades comparáveis ao que era ofertado nos espaços de elite, porém sem a necessidade de plateias e protagonistas.

Consta dos estatutos do Centro de Cultura Social que este tem por finalidade "estimular, apoiar e promover nos meios populares e, principalmente entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda espécie de empecilhos, o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social". E mais: que o Centro "trabalhará para desenvolver nos meios populares o espírito de solidariedade... condena todas as formas de tirania que prejudicam as liberdades individuais e coletivas; todas as formas de exploração, que anulam as possibilidades econômicas para o desenvolvimento do indivíduo...".

Além de auxiliar aos operários a se organizarem, os centros de cultura ofereciam cursos de oratória e escrita para que cada um pudesse defender publicamente sua causa, sem depender da ajuda de políticos, partidos ou qualquer um que os representassem, impedindo com isso que a causa operária servisse a objetivos e entidades de má-fé. Dos centros de cultura desenvolveram-se ainda duas outras estratégias educativas libertárias para a educação de jovens e adultos: o teatro e as bibliotecas para ensino mútuo.

O teatro juntamente com a música, a poesia e as festas organizadas pelos libertários possuía grande alcance pedagógico, pois facilitavam a comunicação e a compreensão das ideias anarquistas pelos mais simples, além de colaborarem com a arrecadação de fundos que compunham os chamados “caixas”, que financiavam diversas outras atividades do grupo, como a manutenção de escolas, publicação de materiais, auxílio com advogados para os ativistas presos e auxiliavam os trabalhadores que sofriam acidentes de trabalho, visto que a época não havia nenhum tipo de sistema previdenciário . Entendia-se que a arte em geral deveria ser engajada com os problemas sociais, não mero entretenimento, mais que os aspectos estéticos uma boa obra anarquista deveria estruturar-se em episódio breves, com tramas simples e mensagens claras ao público. Seu objetivo era oferecer assistência cultural ao povo e educar pela representação do exemplo.

De inspiração nos grupos filodramáticos italianos, buscavam representar em suas peças o cotidiano despótico das fábricas, demonstrando de maneira simples, mas envolvente cenas de exploração e violência dos operários, levando seu público à catarse.

As bibliotecas configuravam-se em espaços, nos quais “possam os deserdados estudar as verdadeiras causas do mal-estar” através do “ensino mútuo”, (GERMINAL, 1902, P.01). Estas bibliotecas eram destinadas a leituras coletivas que eram comentadas pelos ouvintes em debates, também aconteciam palestras, conferências e eventos para arrecadação de livros. Funcionavam também em horário noturno para “facilitar à classe trabalhadora a possibilidade de instruir-se e cultivar o seu intelecto.” (BIBLIOTECA OPERÁRIA, 1935).

2.5 A Universidade Popular

Uma das mais inusitadas ações libertárias fora a criação de uma universidade, a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), considerada uma universidade nômade, pois por dificuldades financeiras mudou sua sede diversas vezes. Teve uma curta atuação de março a outubro de 1904, porém as implicações de tal iniciativa permaneceram presentes nos escritos anarquistas por um tempo considerável. Este projeto contou com o apoio de intelectuais libertários e simpatizantes externos, com José Francisco da Rocha Pombo, que a tempos cogitava, sem êxito, a criação de uma universidade no Paraná em 1892.

Destinada não só à instrução, mas também ao lazer e a cultura. Ministrava as seguintes áreas de estudo: higiene, história do Brasil, história Geral, filosofia e matemática. Organizava-se em “palestras multi-temáticas”, metodologia que facilitava o acompanhamento daqueles

que não podiam frequentar sempre, pois mesmo que se perdesse alguma aula se podia acompanhar as próximas sem prejuízo do entendimento.

2.6 A imprensa

A estratégia educacional libertária de maior alcance fora a imprensa. Em especial a imprensa operária, que possibilitava a um só tempo levar aos trabalhadores fabris, a instrução a que não tiveram acesso na infância, por começarem a trabalhar muito cedo; orientação política esclarecida e informação da situação de outros trabalhadores do Brasil e também do exterior. Assim, “a imprensa anarquista alimentou o movimento anarcossindicalista e, de dentro dele, subsidiou o campo da educação”. (KASSICK, 2008, P. 141). Conforme traz Rodrigues, os jornais libertários orientavam a seus leitores alfabetizados que fizessem a leitura do mesmo em voz alta para que os demais que por ventura não soubessem ler ou não tivessem acesso ao jornal pudessem tomar conhecimento de seu conteúdo.

...a maioria dos operários havia trocado a escola pela fábrica e pela oficina aos seis e sete anos de idade, para ajudar seus pais a sustentar a prole. Por isso, os mais ilustrados, tinham que ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, às horas do ‘almoço’ ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudessem ouvir, compreender as idéias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!. (RODRIGUES, 1992, p. 25)

Para Florentino de Carvalho, fundador e apoiador de vários Jornais anarquistas, como A Revolução, Germinal, La guerra Sociale, A Plebe, O Libertário, A Hora Social, Alba Rossa, A Voz do Trabalhador e das revistas operárias A Obra, Arte e vida A rebelião, O Comentário, Prometheu, e A vida fala como entende a ação educativa que permeia a publicação de jornais e periódicos.

a imprensa operária possibilitava aos trabalhadores um salutar exercício educativo de libertação, pois através dela os trabalhadores podiam fazer escutar sua voz, suas opiniões e seus pensamentos. a imprensa operária possibilitava a prática da solidariedade, da liberdade, da denúncia, da aprendizagem, sendo todos estes fatores educativos por excelência. além disso a imprensa dos trabalhadores consistia no veículo de transmissão do pensamento e das idéias do proletariado, pois para a imprensa burguesa o mundo dos trabalhadores passava muito distante. (NASCIMENTO, 2000, P. 32)

A certeza da importância educativa da publicação de jornais e revistas anarquistas era tão evidente para os libertários, que em suas escolas todos eram incentivados a publicar suas opiniões em jornais desde a infância. Ali nas escolas se aprendia a ler e escrever, mas também a se mover em torno das questões sociais que mais lhes instigava. E a ter a autonomia de

representar a sua própria voz, para isso aprendiam tipografia, técnicas gráficas e de propaganda e a lidar com a prensa móvel, através da qual davam vida aos jornais.

3 PARA NÃO CONCLUIR

Nota-se que apesar de terem sido fundadas diversas escolas anarquistas no período abordado (1889-1930) o conceito de educação e de educador libertário, mesmo em suas dissidências positivistas, não era de escolarização, não se restringia à instrução, nem a um espaço, com dogmas e fórmulas de salvação. Longe disto, o pensamento libertário propunha a autoeducação permanente, um exercício de poder sobre si mesmo contínuo. Não há razões para se apartar experiência educativa e vida cotidiana, política, laboral e seus espaços de autoeducação, para o amor, o pensar, o inventar, o fazer.

Com essa compreensão de educação como criação de possíveis em liberdade, atrelada a existência e de movimento contínuo produziram-se diversas ações educativas como a publicação de jornais, livros e periódicos, a oferta de bibliotecas para ensino mútuo, a experiência de uma universidade popular, peças de teatro, panfletagens, festas, discussões políticas e greves.

Se, se pode falar em uma educação anarquista, estes seriam seus princípios: o exercício da liberdade viva e latente em cada impulso humano, a vivência do poder não autoritário e regulador; o fim da submissão aos preconceitos sociais advindos do estado, da igreja e de todas as instituições; a liberação da obediência e da escravidão intelectual, enfim, a finalidade dessa educação seria de criar condições de possibilidade de cada um desenvolver seu pensamento e assumir-se responsável por seu destino, assim já não haveria pessoas para ocupar postos de comando e de sujeição, formar classes, delegar responsabilidades, deixar-se guiar. Princípios proliferantes.

Nesta sociedade de pessoas livre não haveria espaço para a escravidão, para a violência das guerras nem para a iniquidade, pois não se reconhece fronteiras, estados, nações, direito à propriedade, soberania, crença ou credo que seja imposto, que maltrate, que desconfigure o corpo e a mente. Nada pode ser tão belo e tão funesto quanto ser o único responsável pelas escolhas que se tem. A educação libertária não propunha uma existência sem conflitos e dores, mas uma constante revisão das possibilidades de existência, uma autoeducação que perpassa todo e cada impulso da vida e tem sua duração condicionada a esta, enquanto se viver. *“Ai! Então, não haverá mais mendigos nem potentados, porque o*

homem, emancipado, de posse de todos os seus direitos, saberá tirar da nossa mãe Natureza o pão da alegria e o pão da vida.” (A VIDA, 1914, p.9).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

A SEMENTEIRA n° 1. **Publicação Mensal Ilustrada -Crítica e Sociología**. Lisboa, 1908.

A SEMENTEIRA n° 2. **Publicação Mensal Ilustrada -Crítica e Sociología**. Lisboa, 1908.

A VIDA n° 1. **Periódico Anarquista**. Rio de Janeiro, 1914.

A VIDA n° 2. **Periódico Anarquista**. Rio de Janeiro, 1914.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA. **Periódico Anarquista**. São Paulo, 1918.

BIBLIOTECA OPERÁRIA. **A Plebe**. São Paulo, 23 de mar. 1935.

DOLLEANS, Edouard. *Histoire du mouvement ouvrier*. Paris, 1957.

ESPINOSA, Maria José Rebollo. **Dioses, héroes y hombres**: G. Vico, teórico de la educación. Espanha: G.I.H.U.S-C.I.V, 2000.

GERMINAL. **Periódico Anarquista**. São Paulo, 1902.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. **O teatro anarquista e o conceito de arte na imprensa operária de 1901 a 1922**. São Paulo: Revista Projeto História, PUC-SP, 2011.

JOMINI, Regina Celia Mazoni. **Uma educação para a Solidariedade**: contribuições ao estudo das concepções e realizações anarquistas na republica Velha. Campinas: Pontes, 1990.

KASSICK, Clovis Nicanor. **Pedagogia libertária na história da educação brasileira**. Disponível em: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.136-149, dez.2008 - ISSN: 1676-2584. Acesso em: 18 de abril de 2016.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Navegando na história da educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR**. Campinas: Autores Associados, 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. **A educação libertária na primeira república. núcleo de estudos em educação brasileira – neb – unirio**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 05 de março de 2016.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. **FLORENTINO DE CARVALHO, pensamento social de uma anarquista**. Rio de Janeiro: achiamé, 2000.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**; educação popular e educação de adultos. 7ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2015.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria (1809-1865)**. Tradução J.C Morel. São Paulo: Ícone, 2003.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Vozes, Petrópolis, 1978.

RODRIGUES, Edgar. **Os libertários: idéias e experiências anarquistas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. **Nacionalismo e cultura social, 1913-1922**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2001.

TOMASSI, Tina. **Breviário del Pensamiento Educativo Libertário**. Madrid: Ediciones Madre Tierra, 1988.

VALVERDE, Antonio José Romera. **Entrevista**: depoimento de Jaime Cubero. Educ. Pesqui. vol.34 no. 2 São Paulo May/Aug. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000200013>. Acesso em: 25 de abril de 2016

VERVE. **Centro de cultura social, uma prática anarquista**. 2005. Nº 7: 209-223.

XAVIER, Maria Elizabete S.P., **A educação na literatura do século XIX**. Campinas: Alínea, 2008.

_____. **História da educação**: A escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.